



TÉCNICAS DE ANÁLISE CONTÁBIL PARA AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INADIMPLÊNCIA NA COOPERATIVA DE CRÉDITO

ANTONIO LUCAS RODRIGUES DA SILVA¹
BRUNO ALEXANDRE DE OLIVEIRA²

RESUMO: As Cooperativas de Crédito são instituições financeiras baseadas no modelo de sociedade cooperativa, em que os próprios membros têm participação ativa na gestão e nas decisões, visando benefícios mútuos em vez de retorno financeiro para acionistas. Operando de forma democrática, essas cooperativas buscam oferecer serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito e serviços bancários, promovendo o desenvolvimento econômico dos membros. A inadimplência, que ocorre quando os associados não conseguem cumprir suas obrigações financeiras, é um desafio para essas instituições. Este estudo propõe a realizar uma análise da situação financeira da Cooperativa de Crédito nos anos de 2022 e 2023, com o objetivo de identificar tendências, desafios e oportunidades que possam impactar sua performance e sustentabilidade a longo prazo. Por meio da análise das demonstrações financeiras e indicadores relevantes, observou-se um cenário de crescimento moderado, porém com alguns pontos críticos a serem destacados. Entre eles, destaca-se o aumento da taxa de inadimplência e da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), sugerindo possíveis fragilidades na gestão de crédito e cobrança. Além disso, a Cooperativa enfrenta desafios significativos relacionados à sua significativa exposição ao setor agrícola, especialmente à cultura da soja, o que a torna suscetível a flutuações nos preços das *commodities* e às condições climáticas adversas. Embora a Cooperativa Celeiro adote práticas sólidas de gestão de risco, é essencial diversificar sua carteira de empréstimos e oferecer apoio mais direcionado aos produtores rurais, visando reduzir sua dependência de um único segmento de mercado e mitigar os riscos associados. Este estudo contribui para o entendimento da situação da Celeiro e oferece *insights* valiosos para aprimorar suas estratégias e operações, visando garantir sua competitividade e relevância no mercado financeiro cooperativo. A pesquisa caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, na qual foram reunidos e analisados diversos materiais teóricos para fundamentação do tema abordado. O recorte temporal de 2000 a 2023 foi escolhido para esta pesquisa por abranger transformações significativas que impactaram diretamente o tema estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Provisão; Risco; Taxa.

ACCOUNTING ANALYSIS TECHNIQUES FOR THE EVALUATION AND MANAGEMENT OF DELINQUENCY IN THE CREDIT UNION

ABSTRACT: Credit Unions are financial institutions based on the cooperative society model, in which members themselves actively participate in management and decision-making, aiming at mutual benefits rather than financial returns for shareholders. Operating

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Fasipe – UNIFASIFE. Endereço eletrônico: lucasrsilva452@gmail.com.

² Professor Especialista em Docência para o Ensino Superior, Curso de Ciências Contábeis, Centro Universitário Fasipe – UNIFASIFE. Endereço eletrônico:brunoalex12@hotmail.com.



democratically, these cooperatives seek to offer financial services to their members, such as granting credit and banking services, promoting the economic development of their members. Default, which occurs when members are unable to meet their financial obligations, is a challenge for these institutions. This study aims to conduct a comprehensive analysis of the financial situation of the Credit Union in the years 2022 and 2023, with the aim of identifying trends, challenges, and opportunities that may impact its performance and long-term sustainability. Through the analysis of the financial statements and relevant indicators, a scenario of moderate growth was observed, but with some critical points to be highlighted. Among them, the increase in the delinquency rate and the Estimated Loss with Doubtful Loans (PECLD) stand out, suggesting possible weaknesses in credit management and collection. In addition, the Cooperative faces significant challenges related to its high exposure to the agricultural sector, especially soybean crops, which makes it susceptible to fluctuations in commodity prices and adverse weather conditions. Although Celeiro adopts sound risk management practices, it is essential to diversify its loan portfolio and offer more targeted support to rural producers, aiming to reduce their dependence on a single market segment and mitigate the associated risks. This study contributes to a deeper understanding of Celeiro's situation and offers valuable insights to improve its strategies and operations, to ensure its competitiveness and relevance in the cooperative financial market. This study is characterized as a bibliographical research, in which several theoretical materials were gathered and analyzed to support the topic addressed. The references were obtained through Google Scholar, a tool that allowed access to studies, scientific articles and other relevant academic productions. The careful selection of these materials sought to ensure a solid and updated basis, essential for the development and credibility of the research. This study contributes to the understanding of Celeiro's situation and offers valuable insights to improve its strategies and operations, aiming to guarantee its competitiveness and relevance in the cooperative financial market. The research was characterized as bibliographical research, in which various theoretical materials were gathered and analyzed to support the topic covered. References were obtained through references between the years 2000 and 2024.

KEYWORDS: Provision, Risk, Rate.

1 INTRODUÇÃO

As Cooperativas de Crédito são sociedades democráticas geridas por seus próprios membros que têm participação ativa na tomada de decisões. Em princípio, não visam ao lucro para seus acionistas, mas estabelecem, como finalidade, o benefício mútuo entre seus membros, e são geralmente pessoas com interesses econômicos em comum, sendo instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, com o propósito de prestar serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito e serviços bancários (PINHEIRO, 2008).

A inadimplência nas Cooperativas de Crédito ocorre quando os associados não honram com as suas obrigações financeiras de modo que transgridam os termos acordados, uma vez que, para avaliar a capacidade de pagamento dos membros, geralmente envolve-se a análise de diversos fatores, incluindo histórico de crédito, renda, emprego, endividamento e outros indicadores financeiros; sendo o objetivo desta análise, buscar sempre mitigação do risco de não pagamento, visando ao controle dos resultados a longo prazo de uma intuição financeira (TRENTO, 2010). Segundo Andrade (2010), a renda do consumidor está sujeita a impactos constantes, como perda de emprego, das condições



econômicas nacionais e perda de capacidade de pagamento. Como resultado, tem determinados seus limites e restrições orçamentais, levando a uma perda de controle e a um maior risco de não pagamento.

De modo geral, é possível afirmar que este tipo de avaliação é realizado para se aprovara utilização de diversos produtos e serviços ofertados pelas instituições financeiras, uma vez que, ao ser utilizado pelo associado, é necessário estar comprovado que este indivíduo é passível de pagamento do recurso fornecido pela empresa. Esta exigência de comprovação de possibilidade de pagamento é um fator significativo, de muito rigor no país, uma vez que o Brasil é considerado um dos países com um índice de endividamento elevado, grande parte dos consumidores brasileiros sofrem com o alto índice de inadimplência correspondente ao desequilíbrio financeiro, através de hábitos econômicos irrisórios (SECURATO, 2011).

É possível perceber que existe um descontrole relativo ao uso do crédito, consequenciada falta de acesso da população às informações bancárias e financeiras; sendo assim, as Cooperativas de Crédito buscam este cenário, uma vez que a sua atuação é centralizada na buscar valorizar relacionamentos, oferecer soluções para promover a qualidade de vida dos associados que também é dono. As Cooperativas desempenham papel significativo na transformação da vida financeira de seus membros, trazendo capacidade de inovação e entendimento ao grupo de associados (RIBEIRO; ALVES, 2013).

Os associados que buscam pelas linhas de crédito oferecidas pelas instituições, já estão sem disponibilidade financeira, buscam o crédito como solução para suas mudanças pessoais, representando, para as Cooperativas, um alto risco de inadimplência, contudo, a popularização de agências bancárias não deve ser um problema uma vez que se trata de uma forma de acesso que todos deveriam ter. Torna-se um problema quando o acesso é estabelecido sem o preparo necessário para os ingressantes, pois a falta de conhecimento das pessoas é uma barreira para o uso consciente do crédito (SANTOS; SILVA, 2019).

Devido à falta de educação financeira, muitos associados tendem a fazer o uso do crédito de forma incorreta. O filósofo Immanuel (2013) Kant afirmou que o homem é aquilo que a educação faz dele e, sob este ponto de vista, é possível observar que há carência de entendimento de muitas pessoas no tocante ao uso de produtos mais complexos, pois o pouco domínio dos assuntos financeiros contribui para a sua condição de inadimplente (CERBASI, 2015). Diante do exposto e considerando a exigência criteriosa para liberação de crédito, questiona-se: Como as Cooperativas de Crédito desenvolvem a análise de risco de inadimplência, e quais os critérios utilizados?

Nas Cooperativas, com ênfase na particularidade desse modelo de abordagem financeira, pode-se considerar que todas as decisões e passos são analisadas com mais cautela e, até mesmo, para a captação dos clientes com vistas a torná-los associados, define-se um perfil a ser seguido. Da mesma forma acontece com a análise para liberação de crédito, a Cooperativa analisa todos os riscos que o associado representa, analisa os motivos da solicitação daquele recurso a fim de sugerir os melhores produtos para o cliente, segundo a situação apresentada, buscando estar de acordo com o perfil do associado, mais que os bancos convencionais (PALMA, 2020).

Cooperativas de Crédito desempenham papel fundamental na ampliação do acesso à bancarização e na promoção da inclusão financeira, especialmente para aqueles que não têm comprovação formal de renda, que são os que mais encontram dificuldade em ter acesso a crédito no país, sempre haverá o risco de inadimplência, seja a curto, médio ou a longo prazo, por isso são necessários estudos de mecanismos para minimizar os índices de inadimplência neste setor; tarefa a que as Cooperativas se dedicam bem (SCHRIKEL, 2015).



Mesmo com todas as políticas estabelecidas, regras e critérios dentro do modelo cooperativista, verifica-se que a inadimplência ainda tem grande lugar de atuação, impondo a necessidade de análise deste indicador, uma vez que impacta diretamente a população e o cenário econômico. É necessário buscar formas de minimizar esses índices, e entender os motivos das inadimplências de pessoas cartelizadas em cooperativas de crédito (LIMA; AMARAL, 2011). Esse estudo torna-se relevante no âmbito acadêmico e social, pois evidencia uma área de atuação importante da Contabilidade, cujo profissional adequadamente qualificado vai atuar na prevenção da inadimplência e sugerir estratégias eficazes para lidar com esse desafio.

Com relação aos objetivos específico, busca-se Conceituar as Cooperativas de crédito e Analisar os índices de inadimplencia; Descrever o risco de Crédito em Cooperativa; Identificar como as Cooperativas de Crédito realizam as liberações de crédito; Apresentar um estudo do balanço da inadimplência nos anos de 2022/2023.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Sistema Financeiro Nacional

Segundo Gonçalves e Sousa (2018), o Sistema Financeiro Nacional dispõe de grandecapacidade para gerar modificações das instituições e titularidade de ser um dos pilares das economias de mercado, indústria, comércio, agropecuária, agricultura, entre outros serviços que impactam a gestão financeira. Durante a grande exploração do SFN, foi possível identificar possibilidades de uso dessa ferramenta e, no decorrer do século XX, este sistema obteve diversas expansões, sofisticando-se e se especializando, atualmente a utilização do que o SFN proporciona, é imprescindível.

Conforme a tabela 1, o Sistema Financeiro Nacional é formado por um grupo de entidades e instituições que tem como finalidade a intermediação financeira, isto é, a ligação entre credores e tomadores de recursos, é através dele que as pessoas, organizações empresariais e Governo, fazem a circulação de grande parte de seus ativos, realizam pagamento de suas despesas e investem seus recursos (BRASIL, 2023).

Quadro 1: Sistema Financeiro Nacional e seu respectivo componente normativo

CONSELHO MONETARIO NACIONAL	CONSELHO NACIONAL SEGURANCA PRIVADA	CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Moedas, Crédito, Capitais e Cambio	Seguros Privados	Previdência Fechada
ORGÃOS NORMATIVOS		

Fonte: Própria (2023)

De acordo com a tabela 2, o SFN é composto por três entidades, incluindo reguladores, supervisores e operadores. A entidade normativa é responsável pelas políticas e diretrizes gerais do sistema financeiro e não possui funções executivas. Conselho Monetário Nacional formula políticas da moeda e crédito, estabelecendo diretrizes e normas para o SFN. Define metas de inflação, entre outras responsabilidades. Banco Central do Brasil, além de suas funções executivas, também possui atribuições normativas. Regula e fiscaliza as instituições financeiras, implementa políticas monetárias e cambiais, zela pela estabilidade financeira (BRASIL, 2023).



Quadro 2: Sistema Financeiro Nacional e seu respectivo componente – Supervisores

BANCO CENTRAL DO BRASIL	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS	S. NACIONAL PREVIDENCIA COMPLEMENTAR
SUPERVISORES			

Fonte: Própria (2023)

Em concordância com a tabela 3, a entidade reguladora é uma entidade que desempenha diversas funções executivas, incluindo a supervisão quanto às suas responsabilidades. O Banco Central do Brasil supervisiona e fiscaliza as instituições financeiras para garantir sua solidez e conformidade com as normas. Já a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) regula e fiscaliza o mercado de valores mobiliários, protegendo os investidores e assegurando a integridade do mercado (BRASIL, 2023).

Quadro 3: Sistema Financeiro Nacional e seus respectivos componentes – Operadores.

AGÊNCIAS BANCARIAS	ADMINISTRADORAS	SEGURADORAS	FUNDOS DE PENSÃO
OPERADORES			

Fonte: Própria (2023)

As entidades operacionais são outras entidades financeiras ou não monetárias oficiais responsáveis por atuar como intermediários de recursos entre agentes excedentes e agentes deficitários, como os Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, Caixas Econômicas e Cooperativas de Crédito que oferecem serviços financeiros de natureza diversa, a saber: empréstimos, contas bancárias e investimentos. A Bolsa de Valores facilita a negociação de ações e outros instrumentos financeiros, constituindo-se um ambiente para compradores e vendedores. O Tesouro Nacional gerencia as operações relacionadas à dívida pública e à política fiscal, emitindo títulos e controlando o endividamento do governo (BRASIL, 2023).

2.2 Cooperativa de Crédito

O regime de Cooperativas foi idealizado por vários precursores da Administração, mas sua criação ocorreu em pleno regime de economia liberal com a fundação, através da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, e emergiram para as condições socioeconômicas favoráveis ao desenvolvimento das sociedades cooperativas, posteriormente chamadas de Cooperativa (SALES, 2010).

No Brasil, nas décadas de 1940 a 1960, as associações denominadas de Cooperativas, tinham como principais características a não exigência de vínculo para a associação, as quotas capitais de pequeno valor, a concessão de crédito ser realizada sem garantias reais, a falta de remuneração dos dirigentes e a responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito, marco legal do cooperativismo no Brasil está ancorado na Lei 5764/71, que trouxe a definição das Cooperativas, afirmando tratar-se da sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, o que as diferencia das demais instituições financeiras; por isso, são consideradas juridicamente como sociedade de pessoas e não de capital (FREITAS; FREITAS, 2014).

As Cooperativas de Crédito prestam os mesmos serviços que os bancos, na medida em que fornecem financiamento para produção e investimento, aceitam depósitos, cobram contas, fornecem livros de cheques e cartões de crédito, oferecem opções de investimento, empréstimos etc. De modo geral, uma Cooperativa de crédito difere de um banco porque seus proprietários são seus próprios membros, portanto, não precisam ter lucro para operar,



apenas taxas suficientes para saldar suas próprias contas. Seus custos são divididos entre os membros por meio de juros e pequenas taxas (GREGORINI, 2019).

Organização Cooperativa é responsável por tomar as decisões mais importantes da entidade. Essas decisões são tomadas seguindo o princípio da gestão democrática, em que cada cooperado tem direito a um voto igualitário, independentemente de sua participação financeira cooperativa. O direito ao voto é garantido desde o momento em que se torna sócio e é igual para todos, a Cooperativa não pode se subordinar a nenhuma entidade ou indivíduo externo aos seus membros cooperados, estabelece parcerias, acordos e outros mecanismos para expandir suas atividades ou melhorar as condições dos serviços oferecidos aos seus cooperados. No entanto, esses recursos não devem comprometer a autonomia e o controle democrático da entidade pelos sócios (VALADARES, 2013).

2.3 Crédito

O crédito pode ser compreendido como um mecanismo de financiar a atividade de compra e venda de produtos e serviços, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos fatores econômicos. Nesse sentido, o crédito é uma ferramenta financeira essencial para a economia moderna, desempenhando papel essencial no crescimento e desenvolvimento econômico. Pode ser definido como a concessão de recursos financeiros por uma parte (credor) a outra (devedor) com a promessa de que esses recursos serão reembolsados no futuro, geralmente acrescidos de juros. Essa prática facilita a realização de investimentos, a expansão de negócios e o consumo de bens e serviços que, de outra forma, poderiam estar fora do alcance imediato dos indivíduos e empresas (CARDOSO, KLEFENS, 2015).

Risco de Crédito: O conceito de risco de Crédito é um elemento fundamental na instituição financeira. Refere-se à possibilidade de um mutuário deixar de pagar um empréstimo ou dívida. É avaliado através de vários meios, incluindo avaliações do histórico de crédito do mutuário, estabilidade financeira e outros fatores relevantes. Os credores e outras instituições financeiras utilizam esta informação para determinar o nível de risco associado a um determinado mutuário e para tomar decisões – com base nesta informação - sobre a concessão de Crédito, quando se discorre sobre a carteira de Crédito disponibilizada pelas instituições financeiras para seus associados e suas devidas utilizações pessoais, identifica-se que as Cooperativas de Crédito assumem, como risco, a inadimplência, conhecida também como Default. Um dos principais objetivos da gestão de risco de crédito é o acompanhamento das provisões nas operações de liberação dos limites (SILVA, 2012).

- Perfil de Risco da Carteira de Empréstimos refere-se à composição da carteira em termos de setores, tipos e tamanhos de empréstimos. Uma carteira bem diversificada pode ajudar a reduzir o risco de inadimplência, pois os problemas em um setor ou segmento específico podem ser compensados por desempenho sólido em outros. Analisar o perfil de risco da carteira pode ajudar a identificar áreas de concentração de risco e orientar estratégias de mitigação, como a redução da exposição a setores de alto risco ou a implementação de políticas mais rigorosas de concessão de crédito (SILVA, 2012).

2.4 Inadimplência

A definição de Inadimplência apresenta relação com a falta de comprometimento de uma obrigação. E a fim de evitar que tenha a quebra de compromisso, existem as análises de Crédito para que se defina a melhor deliberação do Crédito ao associado. Pessoas designadas para realizarem este estudo, os analistas de crédito, baseiam-se em critérios pré-definidos pela instituição financeira (WESTGAARD; EIJST, 2015).



Conceder empréstimo ou financiamento é um evento significativo, aceita-se o risco donão recebimento, pois o cliente poderá não cumprir com sua obrigação, considerando que, quando o cliente faz uma promessa de pagamento, vários motivos podem impedi-lo de cumprir, além de a concretização do acordo poder estar potencialmente ligada à disposição e qualidades pessoais do tomador de empréstimo (HOUAISS, 2001).

- Taxa de inadimplência: é um indicador crítico da saúde financeira de uma Cooperativa de Crédito. Representa a proporção de empréstimos que estão em atraso em relação ao total de empréstimos concedidos. Uma alta taxa de inadimplência pode indicar problemas como concessão imprudente de crédito, condições econômicas desfavoráveis ou falta de políticas eficazes de cobrança (SILVA, 2012).

Tabela 1 – Taxa de inadimplência

Taxa de Inadimplência	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de empréstimos inadimplentes}}{\text{N}^\circ \text{ Total de Empréstimos Ativos}} \times 100 =$
-----------------------	---

Fonte: Própria (2023)

Por outro lado, uma baixa taxa de Inadimplência sugere uma carteira de empréstimos saudável e práticas eficazes de gestão de risco de crédito. Monitorar a tendência da taxa de inadimplência ao longo do tempo, é essencial para entender melhor o risco de crédito da Cooperativa e tomar medidas preventivas quando necessário (SILVA, 2012).

- Motivos da Inadimplência no Brasil: o Crédito desempenha papel fundamental na economia, pois pode viabilizar atividades produtivas nos setores primário, secundário e terciário. Além disso, permite a expansão do consumo, o que é um pré-requisito para a produção na economia brasileira, trazendo uma alavancagem operacional e financeira, é compreensível que a expansão do Crédito possa ser o eixo do crescimento econômico e social nacional, mas se esta expansão for acompanhada de riscos internos, ou seja, descumprimento ou falência do mutuário, o não-cumprimento é, portanto, motivo de preocupação para os agentes econômicos; almejando que não se torne um fator que inviabilize as operações de crédito no Sistema Financeiro do Estado (SFN) e reduza o nível de atividade econômica (CARDOSO; KLEFENS, 2015).

2.5 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial tem por principal objetivo demonstrar a situação patrimonial e financeira e uma empresa de um determinado período, é formado por ativo que representa os bens e direitos, e o passivo que são as obrigações de um determinado do exercício, se tornando indispensável para identificação da situação financeira e econômica de uma organização (ASSAF, 2012).

O grupo de contas do balanço patrimonial é composto da respectiva forma: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, Passivo Circulante e Passivo Não Circulante e Patrimônio líquido, no Ativo sendo classificada acatando a ordem decrescente do grau e liquidez, e no Passivo classificadas pelas contas obrigações e do Patrimônio Líquido representativas, os ativos representam todas as combinações de ativos e direitos de uma empresa no curto e longo prazo, os Passivos representam todas as obrigações para com terceiros no curto e longo prazo, e o patrimônio líquido é definido pelos recursos próprios da empresa e capital investido pela empresa parceira (RIBEIRO, 2013).

2.6 Análise das Demonstrações Contábeis

Os índices analíticos destinam-se a medir a capacidade de uma empresa e as



dificuldades que enfrenta, a ajudar a interpretar as informações obtidas nas demonstrações, a compreender o desempenho passado e presente da entidade e, assim, destacar o seu desempenho, esta análise é importante para os gestores porque auxilia no processo de tomada de decisão e tem como objetivo apresentar a situação financeira da economia e do patrimônio. A análise é baseada em índice financeiro, índice de liquidez, índice de estrutura de capital e índice de rentabilidade (PADOVEZE; BENEDICTO2014).

Análise Horizontal: não pode calcular apenas um ano fiscal como a análise vertical, são necessários pelo menos dois cálculos, mas são necessários dois ou mais cálculos para obter resultados abrangentes, e o objetivo é monitorar os indicadores, o cálculo da análise horizontal requer um mínimo de dois exercícios financeiros, ao contrário da análise vertical, para produzir resultados abrangentes. O objetivo desta análise é monitorar índices e exige pelo menos dois exercícios, senão mais, pois a comparação dos anos atuais com os anos anteriores constitui a base da análise horizontal, que determina a variação percentual desses anos. Esta análise destaca o crescimento ou declínio de diferentes períodos e compara cada elemento das demonstrações financeiras com anos anteriores. Ao contrário da análise vertical, que se concentra apenas num único período, a análise horizontal fornece uma visão abrangente da evolução de cada item ao longo do tempo, ao comparar o crescimento dos diferentes elementos, é possível identificar aqueles que cresceram, permaneceram estagnados ou sofreram menor variação. Este processo ajuda a identificar erros e áreas de melhoria (CHIAVENATO, 2005).

Análise Vertical: dos índices de balanço em formato vertical pode ser concluída em um único ano. No entanto, para fazer comparações com anos anteriores, são necessários vários balanços para realizar uma análise aprofundada e obter resultados mais precisos e abrangentes, o objetivo deste exame é avaliar a configuração dos itens e sua progressão ao longo do tempo. Isto é conseguido através de um procedimento comparativo, medido em porcentagem que tem em conta a correlação entre as contas com os valores atribuídos. Ao fazê-lo, torna-se possível estabelecer a contribuição de cada rubrica contábilística tanto para o balanço como para a demonstração de resultados, bem como o resultado desse período contábilístico. MARION, 2002).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, na qual foram reunidos e analisados diversos materiais teóricos para fundamentação do tema abordado. As referências foram obtidas por meio do Google Acadêmico, ferramenta que permitiu o acesso a estudos, artigos científicos e outras produções acadêmicas de relevância. O recorte temporal de 2000 a 2023 foi escolhido para esta pesquisa por abranger transformações significativas que impactaram diretamente o tema estudado. Essa pesquisa foi elaborada através de estudos e a seleção desses materiais buscou garantir uma base sólida e atualizada, essencial para o desenvolvimento e a credibilidade da pesquisa, a utilização das técnicas é fundamental para entender os acontecimentos e experiências e para aprofundar nas interpretações, como mencionam Lakatos e Marconi (2003); Quanto à abordagem do objeto de estudo, é quantitativa, devendo o investigador conceituar as interrelações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. O estudo de caso permitirá a utilização dos balanços patrimoniais no ano de 2022 a 2023 da Cooperativa de Crédito.

A pesquisa qualitativa considera a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, a relação indissociável entre o mundo objetivo não quantificável e a subjetividade do sujeito.



Portanto, é considerado qualitativo porque tem como objetivo interpretar o balanço patrimonial do ano corrente por meio de indicadores que representem a verdadeira posição econômico-financeira e de capital de uma determinada empresa, o método de pesquisa é o estudo de caso, que identifica temas que são discutidos teoricamente dentro da empresa e testa de forma prática sua utilização em casos concretos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para a realização da coleta de dados foi utilizados registros entre os anos de 2003 a 2023, foi utilizado observação direta extensiva por meio de análise de balanço. Para Lakatos e Marconi (2003), a análise é um instrumento de coleta de dados que almeja destacar as relações existentes entre o fenômeno em estudo e outros fatores. O estudo de caso é aplicado no segmento financeiro de crédito, sendo delimitado à população e amostra para o desenvolvimento do estudo de caso.

A população é Instituição Financeira Cooperativa de Crédito Celeiro e a amostra são os documentos utilizados para a aplicação dos índices e sua análise como o balanço patrimonial, publicado no período 2022/2023.

Quanto as técnicas de coletas de dados foram organizados a partir da utilização de fontes primárias e secundárias de informação. Esta metodologia facilita a resolução do problema apresentado, ao mesmo tempo que favorece alcançar os objetivos definidos no trabalho, obras originais ou textos que não foram previamente modificados ou manipulados de qualquer forma são denominados fontes primárias. Exemplos de fontes primárias incluem diários, relatórios, cartas e outros materiais que ainda não foram analisados sobre um determinado tema. Devido à sua importância, as fontes primárias, muitas vezes, inspiram trabalhos adicionais que contribuem para uma vasta coleção de literatura sobre o assunto em questão, as fontes secundárias são compostas por dois tipos de literatura: o primeiro tipo proveniente de fontes primárias e o segundo tipo derivado de fontes de pesquisa bibliográfica. Essencialmente, as fontes secundárias fornecem uma análise do material de fonte primária e servem como plataforma para o discurso (ANDRADE, 2008). Com base na pesquisa em fontes primárias para a elaboração deste trabalho, foram obtidos dados das demonstrações contábeis como balanço patrimonial nos períodos de 2022 a 2023 e, através desse balanço, serão utilizados indicadores específicos, destacando eventos significativos relacionados à inadimplência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste contexto, a análise dos dados financeiros da Cooperativa celeiro é fundamental para compreender a trajetória da inadimplência e suas implicações na estabilidade econômica da instituição. Ao examinar as tendências e variações ao longo do período de 2022 a 2023, os analistas podem identificar padrões e anomalias que demandam atenção. A evolução da inadimplência, seja ela ascendente, estável ou decrescente, pode revelar *insights* sobre a eficácia das políticas de crédito, a saúde da carteira de empréstimos e, até mesmo, a resiliência do mercado consumidor. Além disso, uma análise abrangente pode fornecer subsídios para ajustes estratégicos e tomada de decisões embasadas, visando aprimorar a gestão de riscos e fortalecer a posição competitiva da Cooperativa no cenário financeiro.

4.1 Análise Vertical das Operações de Crédito

Na análise vertical, compara-se a inadimplência com o total da carteira de crédito em diferentes períodos. Isso fornece uma visão de como a inadimplência representa uma parte da carteira ao longo do tempo:



Tabela 2 – Variação percentual

Período	Empréstimos inadimplentes	Total da Carteira de Crédito	Taxa de inadimplência(vertical)
2023	50.627,00	1.709.331,00	2,96%
2022	36.395,00	2.057.313,00	1,77%

Fonte: Própria (2024)

Em 2022, a taxa de inadimplência da cooperativa, registrada em 1,77%, refletiu uma situação financeira estável e controle adequado sobre os riscos de crédito. Isso sugere que a maioria dos tomadores de empréstimos conseguiu honrar seus compromissos financeiros dentro do prazo estabelecido. Esse cenário pode indicar boa seleção de clientes, políticas de concessão de Crédito prudentes e eficazes, bem como gestão ativa da carteira de crédito por parte da cooperativa.

4.2 Análise Horizontal das Operações de Crédito

Na análise horizontal, compara-se a variação nos empréstimos inadimplentes entre os dois períodos em termos absolutos e percentuais.

Variação Percentual de aumento na inadimplência:

Tabela 3 – Variação percentual

50.627-36.395	x 100= 39,12%
36.395	

Fonte: Própria (2023)

Variação Absoluta: Empréstimos inadimplentes aumentaram de 36.395 em 2022 para 50.627 em 2023. Variação Absoluta: 50.627 - 36.395 = 14.232

Tabela 4 – Análise Horizontal das Operações de Crédito

Período	Empréstimos Inadimplentes (variação Absoluta)	Empréstimos Inadimplentes(Variação Percentual)
2023	14.232,00	0,39
2022	-	-

Fonte: Própria (2023).

Interpretação da Análise Horizontal: Entre 2022 e 2023, houve um aumento absoluto de 14.232 empréstimos inadimplentes, o que representa um aumento percentual de 39,12%. Esta análise destaca um crescimento significativo na quantidade de empréstimos inadimplentes, refletindo uma deterioração significativa no comportamento de pagamento dos devedores.

4.3 Análise da Taxa de Inadimplência 2022

Tabela 5 – Análise da Taxa de Inadimplência

Operações de crédito e outros créditos	30/12/2022			
	Vencidas há 15 dias	A vencer		
		Até 3 meses	3 a 12 meses	12 meses
Empréstimos e títulos descontados	33.934	146.502	284.715	385.647
Financiamentos	2.461	53.102	149.108	332.650



Finan. Rurais/agroindustriais		21.901	586.555	97.133
Total das operações de crédito	36.395	221.505	1.020.378	815.430

Fonte: Própria (2023).

Para calcular a taxa de inadimplência do ano de 2022, precisa-se, primeiro, identificar o número total de empréstimos vencidos a partir de 15 dias ou mais, que são os considerados inadimplentes, para calcular a taxa de inadimplência, deve seguir o mesmo método utilizado anteriormente:

- Número de Empréstimos Inadimplentes: Os empréstimos vencidos a partir de 15 dias ou mais são considerados inadimplentes. A partir dos dados fornecidos, tem-se: Empréstimos vencidos a partir de 15 dias: 36.395, Empréstimos a vencer: 815.430, Portanto, o número total de empréstimos inadimplentes é a soma desses dois valores: $36.395 + 815.430 = 851.825$.

Número Total de Empréstimos Ativos: O número total de empréstimos ativos é a soma de todas as categorias de empréstimos: Até 3 meses: 221.505; 3 a 12 meses: 586.555; Acima de 12 meses: 1.020.378, portanto, o número total de empréstimos ativos é a soma desses valores: $221.505 + 586.555 + 1020.378 = 1.828.438$. Agora, pode-se calcular a taxa de inadimplência usando a fórmula:

Tabela 6 – Cálculo Percentual

Taxa de Inadimplência	$\frac{36.395}{1.828.438} \times 100 = 1,99\%$
-----------------------	--

Fonte: Própria (2023)

Portanto, a taxa de inadimplência da Cooperativa de Crédito, considerando os empréstimos vencidos já há 15 dias, é aproximadamente 1,99%. Este valor reflete a proporção de empréstimos inadimplentes em relação ao total de empréstimos ativos da instituição, oferecendo uma visão clara do risco de inadimplência presente na carteira de crédito.

4.4 Análise da Taxa de Inadimplência 2023

Tabela 7 - Análise da Taxa de Inadimplência

Operações de crédito e outros créditos	30/12/2023			
	Vencidas a 15 dias	À vencer		
		Até 3 meses	3 a 12 meses	12 meses
Empréstimos e títulos descontados	46.791	195.427	302.958	406.817
Financiamentos	3.562	52.579	147.929	323.146
Financiamentos rurais/agroindustriais	274	57.126	108.000	115.349
Total das operações de crédito	50.627	305.132	558.887	845.312

Fonte: Própria (2023)

Para o calcular a taxa de inadimplência do ano de 2023, precisa-se primeiro identificar o número total de empréstimos vencidos a partir de 15 dias ou mais, são consideráveis inadimplentes, para calcular a taxa de inadimplência, deve-se seguir o mesmo método utilizado anteriormente:

Número de Empréstimos Inadimplentes. Os empréstimos vencidos a partir de 15 dias ou mais são considerados inadimplentes. A partir dos dados fornecidos, tem-se:



Empréstimos vencidos a partir de 15 dias: 50.627, Empréstimos a vencer: 845.312

Portanto, o número total de empréstimos inadimplentes é a soma desses dois valores: $50.627 + 845.312 = 895.939$.

Número Total de Empréstimos Ativos: O número total de empréstimos ativos é a soma de todas as categorias de empréstimos: Até 3 meses: 305.132, 3 a 12 meses: 558.887, Acima de 12 meses: 845.312, portanto, o número total de empréstimos ativos é a soma desses valores:

$305.132 + 558.887 + 845.312 = 1.709.331$. Agora, podemos calcular a taxa de inadimplência usando a fórmula:

Tabela 8 – Cálculo Percentual

Taxa de Inadimplência	$\frac{50.627}{1.709.331} \times 100 = 2,96\%$
-----------------------	--

Fonte: Própria (2023)

Portanto, a taxa de inadimplência da Cooperativa de Crédito, considerando os empréstimos vencidos a partir de 15 dias, é aproximadamente 2,96%. Este valor reflete a proporção de empréstimos inadimplentes em relação ao total de empréstimos ativos da instituição, oferecendo uma visão clara do risco de inadimplência presente na carteira de crédito.

4.5 Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A PECLD é uma reserva contábil que as instituições financeiras mantêm para cobrir perdas esperadas devido a empréstimos inadimplentes. Ela é calculada com base em uma análise cuidadosa do risco de crédito de cada empréstimo na carteira, considerando fatores como histórico de pagamento, condições econômicas e garantias fornecidas. Uma PECLD adequada é essencial para garantir que a Cooperativa tenha recursos disponíveis para cobrir perdas inesperadas e proteger sua saúde financeira. Uma PECLD insuficiente pode resultar em impactos significativos nos resultados financeiros da Cooperativa e, até mesmo, em sua viabilidade a longo prazo.

Tabela 9 - Variação percentual

	Até 3 meses	3 a 12 meses	12 meses
Saldo inicial	184.792	131.513	131.513
Constituição de provisão	104.902	68.344	160.096
Reversão de provisão	-61.426	-38.375	-78.848
Movimento da provisão para perdas no resultado	43.476	29.969	81.248
Movimentação de baixados para prejuízo	-29.258	-8.342	-27.969
Saldo final	199.010	153.140	184.792

Fonte: Própria (2023)

Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) sugerem uma ferramenta visual que permite acompanhar a evolução da PECLD ao longo de diferentes períodos. Ele ajuda a entender como as provisões são constituídas, revertidas, baixadas e como essas ações impactam o saldo final da provisão. Segue análise do período 30/06/2023- Saldo Inicial: 184.792; Constituição: 104.902 (Adição à PECLD para cobrir novos riscos); Reversão: -61.426 (Provisões anteriores que foram revertidas); baixas: -

29.258 (Créditos considerados incobráveis e removidos da PECLD); Saldo Final: 199.010. Durante o período até 30/06/2023, a Cooperativa constituiu provisões adicionais significativas, mas também reverteu uma parte dessas provisões e baixou alguns créditos



para prejuízo. O saldo final aumentou em comparação com o saldo inicial, indicando uma maior reserva para cobrir potenciais inadimplências futuras.

- Período 30/06/2022: Saldo Inicial: 131.513; Constituição: 68.344; Reversão: -38.375;

baixas: -8.342; Saldo Final: 153.140.

- Para o período até 30/06/2022, a constituição de provisões foi menor em comparação com o período seguinte, e as reversões e baixas foram também menores. O saldo final aumentou, mas não tanto quanto no período até 30/06/2023.

- Período 31/12/2022: Saldo Inicial: 131.513; Constituição: 160.096; Reversão: 8.848; baixas: -27.969; Saldo Final: 184.792.

No final de 2022, houve uma constituição de provisão muito significativa, o que sugere que a Cooperativa esperava um aumento nos riscos de crédito. A reversão também foi alta, possivelmente devido a ajustes nas expectativas de inadimplência. As baixas para prejuízo foram substanciais, mas o saldo final ainda mostra um aumento significativo em relação ao saldo inicial.

Interpretação Geral: Tendências de Risco: O aumento na constituição de provisões em cada período indica uma percepção crescente de risco de crédito pela Cooperativa. **Gestão de Provisões:** As reversões mostram que a Cooperativa ajustou suas estimativas de risco ao longo dos períodos, revertendo provisões que não eram mais necessárias. **Baixas para Prejuízo:** Os valores de baixas para prejuízo refletem os créditos que foram considerados incobráveis, impactando diretamente o saldo final da PECLD.

4.6 Importância de Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) para a Cooperativa

- **Saúde Financeira:** Manter uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) adequada é essencial para a saúde financeira da Cooperativa, garantindo que haja reservas suficientes para cobrir perdas inesperadas.

- **Gestão de Risco:** Analisar esses dados permite à Cooperativa ajustar suas políticas de crédito e mitigação de risco, diversificando sua carteira de empréstimos para reduzir a exposição a setores de alto risco.

As Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é uma ferramenta vital para entender como a Cooperativa gerencia o risco de crédito.

Através da análise das provisões constituídas, reversões e baixas para prejuízo, a Cooperativa pode avaliar a necessidade de provisão, determinando a quantidade de recursos que precisa ser reservada para cobrir possíveis inadimplências. Além disso, é possível ajustar políticas de crédito, modificando critérios de concessão de crédito com base nas tendências de inadimplência observadas, tornando o processo de concessão mais robusto.

4.7 Análise de Tendências Econômicas

Acompanhar as tendências econômicas é essencial para entender o ambiente em que a cooperativa opera e como isso pode afetar a capacidade dos devedores de honrar seus compromissos financeiros. Fatores como taxas de juros, desemprego e crescimento econômico podem ter impacto significativo na inadimplência. Por exemplo, um aumento nas taxas de desemprego pode levar a uma maior inadimplência, enquanto uma queda nas taxas de juros pode estimular a demanda por crédito. Compreender e antecipar essas tendências pode ajudar a cooperativa a ajustar suas políticas e procedimentos conforme necessário para mitigar os riscos associados.

Durante os anos de 2022 e 2023, a política monetária do Brasil esteve em constante



adaptação devido a uma série de fatores de grande relevância. A recuperação econômica pós-pandemia de COVID-19 foi uma das principais preocupações das autoridades monetárias, que buscaram equilibrar a necessidade de estimular o crescimento com o controle da inflação. A persistência da inflação e as pressões inflacionárias, em parte impulsionadas pela retomada da demanda e pelo aumento dos preços de *commodities*, exigiram ações assertivas do Banco Central para conter os índices de preços. Além disso, a volatilidade do mercado financeiro, influenciada por eventos geopolíticos e pela política monetária dos principais bancos centrais globais, como o Federal Reserve dos Estados Unidos, contribuiu para um ambiente desafiador. A taxa de câmbio, por sua vez, também foi um ponto de atenção, sendo influenciada tanto por fatores internos quanto externos, o que demandou intervenções pontuais do Banco Central para evitar excessiva volatilidade e seus impactos na economia brasileira. Em suma, a conjuntura econômica desses anos exigiu uma gestão cuidadosa da política monetária para garantir a estabilidade macroeconômica do país (SANTOS; SILVA, 2019).

4.8 Comparação com Cooperativas de Crédito Semelhantes

A Cooperativa de Crédito adota políticas de gestão de risco robustas, incluindo análise criteriosa de crédito e diversificação da carteira de empréstimos, o que contribui para uma maior resiliência diante de flutuações econômicas. A Cooperativa possui uma carteira de empréstimos relativamente saudável, com uma proporção significativa de empréstimos de baixo risco, devido, em parte, à sua política de concessão de crédito que prioriza a capacidade de pagamento dos associados. Além disso, a Cooperativa Celeiro implementa medidas de cobrança eficazes, utilizando tecnologia e processos eficientes para monitorar e cobrar pagamentos atrasados, ajudando a manter a inadimplência sob controle. (SANTOS; SILVA, 2019).

No entanto, a Cooperativa tem alta exposição ao setor agrícola, especialmente à soja, o que pode ser um ponto fraco em períodos de queda nos preços dessas *commodities*.

Muitos associados são pequenos e médios produtores rurais que enfrentam desafios financeiros em tempos de queda nas receitas agrícolas, aumentando o risco de inadimplência, um fator crítico que influenciou a inadimplência foi a baixa no valor da saca de soja em 2023. A soja é uma das principais *commodities* agrícolas do Brasil, e sua cotação tem um impacto significativo na economia, especialmente em regiões agrícolas onde a produção de soja é predominante. A queda nos preços da soja afetou diretamente a renda dos produtores rurais, que são uma parcela significativa dos associados das Cooperativas de Crédito.

Com a diminuição da receita proveniente da venda de soja, muitos produtores encontraram dificuldades para honrar seus compromissos financeiros, resultando em um aumento na taxa de inadimplência, para mitigar o impacto dessa situação, é essencial que a Cooperativa adote algumas medidas estratégicas. Incentivar a diversificação dos tipos de empréstimos concedidos, além de reduzir a dependência do setor agrícola ser uma das abordagens recomendadas também. Oferecer programas de apoio técnico e financeiro para ajudar os produtores rurais a melhorar a produtividade e a gestão financeira de suas propriedades também pode ser benéfico. Promover a adesão a seguros agrícolas pode proteger os produtores contra flutuações de preços e outras adversidades climáticas. Além dessas medidas, a Cooperativa Celeiro implementa o Programa de Educação Financeira, coordenando a gestão da cooperativa com o objetivo de reduzir a inadimplência entre os associados. Esse programa oferece treinamentos sobre gestão financeira, planejamento de gastos, poupança e investimentos. Ao capacitar os associados com conhecimentos financeiros, a cooperativa visa melhorar a capacidade deles de gerenciar suas finanças



peçoais e empresariais, permitindo que estejam mais preparados para enfrentar períodos de baixa renda ou instabilidade econômica. capital (FREITAS; FREITAS,2014).

A análise mostra que, embora a Cooperativa Celeiro tenha práticas sólidas de gestão de risco e medidas eficazes de cobrança, sua dependência do setor agrícola representa um desafio significativo. A queda nos preços da soja em 2023 destacou a vulnerabilidade dos produtores rurais e a necessidade de estratégias de mitigação de risco mais diversificadas e abrangentes.

4.8.1 Análise das Políticas e Procedimentos Internos

A Cooperativa de Crédito, em 2023, adotou uma política de concessão de crédito que envolveu uma análise detalhada dos associados, incluindo a verificação da capacidade de pagamento, avaliação do histórico de crédito, análise da finalidade do empréstimo e avaliação de garantias. Esses critérios são padronizados para assegurar consistência e justiça no processo de concessão de crédito. A política está alinhada com as melhores práticas do setor, que recomendam a utilização de modelos de scoring de crédito e verificação rigorosa das garantias.,o entanto, há áreas que podem ser aprimoradas.

O monitoramento dos empréstimos concedidos pela Cooperativa de Crédito inclui revisões periódicas dos relatórios financeiros dos associados e acompanhamento regular dos pagamentos. Esta prática é essencial e está alinhada com as melhores práticas do setor, que recomendam a vigilância constante sobre o desempenho dos empréstimos. No entanto, implementar sistemas de alerta precoce que utilizem *big data* e *analytics* para identificar padrões de risco pode prever potenciais inadimplências antes que ocorram. Além disso, a oferta de programas de educação financeira e consultorias personalizadas pode ajudar os associados a gerenciarem melhor seus recursos financeiros, promovendo práticas de gasto responsável e planejamento financeiro.

Em conclusão, a Cooperativa de Crédito dispõe de uma estrutura de políticas e procedimentos para concessão de crédito, monitoramento de empréstimos e cobrança de dívidas, alinhada com as melhores práticas do setor. No entanto, a implementação de novas tecnologias, estratégias proativas de monitoramento e recuperação de crédito, além de capacitação contínua das equipes, aprimoraram esses processos. Essas melhorias fortalecem a capacidade da Cooperativa de mitigar riscos de inadimplência, promover uma gestão financeira saudável entre os associados e garantir um crescimento sustentável.

4.8.2 Avaliação da Efetividade das Medidas de Recuperação de Crédito

Ao analisar a eficácia das medidas de recuperação de crédito implementadas pela Cooperativa Celeiro, observa-se que foram adotadas práticas de cobrança e renegociação de dívidas. É fundamental, no entanto, avaliar se essas medidas são suficientemente robustas para garantir a recuperação oportuna de valores em atraso, deve-se identificar as áreas onde as medidas de recuperação de crédito podem ser aprimoradas, como o desenvolvimento de estratégias de cobrança mais segmentadas, o uso de tecnologia para automatizar processos de cobrança ou a oferta de programas de renegociação mais flexíveis.

A Cooperativa Celeiro adota uma abordagem proativa nas suas práticas de cobrança. O processo inicia-se com lembretes amigáveis antes do vencimento das parcelas, seguidos de notificações mais formais em caso de atraso. Essas comunicações são realizadas por diversos meios, incluindo telefonemas, e-mails e mensagens de texto, garantindo que os associados estejam cientes de suas obrigações e incentivando a regularização tempestiva dos pagamentos. A Cooperativa Celeiro pode considerar a implementação de estratégias de cobrança mais segmentadas, adaptadas ao perfil de risco



e comportamento de pagamento dos associados. Isso permitiria abordagens personalizadas que podem aumentar a taxa de recuperação de crédito, como mensagens específicas para diferentes tipos de devedores (por exemplo, aqueles que têm um histórico de pagamento bom, mas estão enfrentando dificuldades temporárias versus aqueles com histórico de inadimplência recorrente).

A renegociação de dívidas é outra ferramenta essencial na recuperação de crédito. A Cooperativa Celeiro oferece programas de renegociação que permitem aos associados ajustar os termos de suas dívidas para condições mais favoráveis, levando em consideração sua capacidade de pagamento atual. Isso pode incluir a extensão dos prazos de pagamento, redução de taxas de juros ou mesmo a concessão de períodos de carência, embora a Cooperativa Celeiro tenha implementado programas de renegociação eficazes, há oportunidades para torná-los ainda mais robustos. Uma possível melhoria seria a oferta de programas de renegociação mais flexíveis e personalizados, que levem em conta as circunstâncias específicas de cada associado. Além disso, a Cooperativa poderia desenvolver programas educativos para orientar os associados sobre a importância da gestão financeira e das opções disponíveis para renegociação de dívidas, promovendo um relacionamento mais sustentável e de longo prazo.

4.8.3 Monitoramento de Indicadores Internos de Desempenho

Importante medida é o acompanhamento de perto dos indicadores internos de desempenho da Cooperativa Celeiro relacionados à inadimplência, como a taxa de inadimplência, a taxa de recuperação de crédito e a eficácia das medidas de cobrança. Análises periódicas desses indicadores devem ocorrer para identificar tendências ao longo do tempo e tomar medidas corretivas conforme necessário. Esses indicadores são empregados para avaliar a eficácia das estratégias adotadas pela Cooperativa Celeiro na gestão da inadimplência e para monitorar o progresso em relação às metas estabelecidas pela cooperativa.

Além dos indicadores mencionados, a Cooperativa Celeiro utiliza diversas outras métricas para um monitoramento mais abrangente e detalhado do desempenho financeiro e operacional.

A Cooperativa Celeiro também realiza *benchmarking* de mercado, comparando regularmente os indicadores de desempenho com os *benchmarks* de mercado e concorrentes, garantindo que a cooperativa esteja alinhada com as melhores práticas e tendências do setor. A taxa de satisfação do associado é avaliada para garantir que as medidas adotadas não afetem negativamente o relacionamento com os associados.

A análise de risco dinâmica utiliza modelos preditivos e análise de dados para prever possíveis riscos futuros e ajustar as estratégias de crédito e cobrança proativamente. A eficácia dos programas de capacitação e treinamento da equipe é monitorada, garantindo que os colaboradores estejam bem preparados para lidar com inadimplência e recuperação de crédito de forma eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise detalhada da carteira de crédito da Cooperativa Celeiro revela importantes *insights* sobre a gestão do risco de inadimplência e a eficácia das políticas e procedimentos internos. Observou-se um aumento na taxa de inadimplência de 1,77% em 2022 para 2,96% em 2023, refletindo uma deterioração no comportamento de pagamento dos devedores. Esse crescimento é alarmante e requer atenção especial por parte da gestão



da cooperativa para evitar impactos adversos na saúde financeira da instituição.

A análise horizontal revelou um aumento absoluto de 14.232 empréstimos inadimplentes entre 2022 e 2023, correspondendo a um crescimento percentual de 39,12%. Esse aumento significativo destaca a necessidade de uma abordagem mais rigorosa na concessão de crédito e no monitoramento contínuo dos empréstimos ativos. A cooperativa deve fortalecer suas políticas de análise de crédito, incorporando tecnologias avançadas e critérios mais diversificados para avaliação mais precisa dos riscos associados aos solicitantes.

A gestão das Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) mostrou que a Cooperativa Celeiro tem mantido reservas adequadas para cobrir potenciais inadimplências, ajustando suas provisões conforme necessário. No entanto, é fundamental que a Cooperativa continue aprimorando seus métodos de previsão e constituição de provisões para se preparar melhor para futuras flutuações econômicas e comportamentos de inadimplência.

O perfil de risco da carteira de empréstimos revelou uma alta exposição ao setor agrícola, especialmente a soja. A dependência desse setor aumenta a vulnerabilidade da Cooperativa a variações nos preços das *commodities* agrícolas, como observado em 2023 com a queda no valor da saca de soja. Para mitigar esse risco, é recomendável que a Cooperativa Celeiro incentive a diversificação da sua carteira de empréstimos, explorando outros setores econômicos e oferecendo apoio técnico e financeiro para os produtores rurais melhorarem sua produtividade e gestão financeira.

As políticas e procedimentos internos da Cooperativa Celeiro estão bem alinhados com as melhores práticas do setor, mas há oportunidades para melhorias. A adoção de tecnologias de automação e análise avançada pode acelerar os processos de concessão de crédito e monitoramento, enquanto a capacitação contínua das equipes de cobrança e o desenvolvimento de programas educativos para os associados podem melhorar a eficácia das medidas de recuperação de crédito.

Por fim, o monitoramento contínuo dos indicadores internos de desempenho é essencial para a gestão eficaz da inadimplência. A Cooperativa deve realizar análises periódicas desses indicadores para identificar tendências e tomar medidas corretivas conforme necessário. Esse monitoramento permitirá à Cooperativa Celeiro avaliar a eficácia de suas estratégias e ajustar suas políticas para alcançar as metas estabelecidas, garantindo, assim, a sustentabilidade e o crescimento da cooperativa.

Em suma, a Cooperativa Celeiro MT/RR demonstrou um compromisso significativo com a gestão de risco e a saúde financeira de sua carteira de crédito. No entanto, os desafios persistentes, como a dependência do setor agrícola e o aumento da inadimplência, exigem uma resposta proativa e estratégica. A implementação das recomendações apresentadas neste relatório fortalecerá a resiliência da Cooperativa diante das incertezas econômicas e promoverá um ambiente financeiro mais robusto e sustentável para seus associados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 10^o ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, S. F. C. A inadimplência nas instituições particulares de ensino na cidade de Franca. FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão, 11 p, 2008.



BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

CHIAVENATO, I. Administração financeira: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IUDICIBUS, S. Análise de Balanços. 9º Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, J. C. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas. 2002 Acesso em: 09 nov. 2023.

KANT, E. Sobre a Pedagogia. Tradução de Francisco C. Fontenella. 2 ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2013.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, J. C. Contabilidade Básica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 236 p.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. Análise das demonstrações financeiras. 3. ed. Rev.e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 312 p.

PINHEIRO, M. A. H. Cooperativas de crédito. história da evolução normativa no Brasil. 6ed. - Brasília :BCB, 2008. 7 p.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico. 2. ed. São Paulo: Feevale, 2013. 277 p.

RIBEIRO, O. M, Contabilidade geral fácil. 9º Ed. São Paulo: Saraiva 2013.

SECURATO, J. R. Educação financeira ao alcance de todos. São Paulo: Saraiva, 2011.

SCHRICKEL, W. K. concessão e gerência de empréstimos – 5.ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

TRENTO, A. J. Crédito e cobrança para micro e pequenas empresas. Guarapuava: Unicentro, 2009.

SICREDI, Relatório financeiro. Sinop: Sicredi Celeiro, 2022. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/coop/celeiro-mtrr/>. Acesso em: 6 abr. 2024.

SERASA. Relatório de análise de crédito. São Paulo: Serasa, 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em 12 abr. 2024.